

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

FERNANDA FERRAZ PIMAZZONI

***POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE CONTROLE COERCITIVO DENTRO DA  
FAMÍLIA E TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL INFANTIL***

São Paulo

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

FERNANDA FERRAZ PIMAZZONI

***POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE CONTROLE COERCITIVO DENTRO DA  
FAMÍLIA E TRANSTORNO DE ANSIEDADE SOCIAL INFANTIL***

Trabalho Final apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Fátima Regina Pires de Assis

São Paulo

2022

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as possíveis relações entre controle coercitivo exercido por pais e/ou cuidadores e a fobia social infantil, através de uma revisão bibliográfica foram selecionados 11 artigos que fizeram parte da análise deste trabalho: sendo uma pesquisa conceitual, duas pesquisas de revisão bibliográfica e oito pesquisas empíricas. As universidades envolvidas nas pesquisas encontram-se nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do país. Das oito pesquisas empíricas apenas quatro estudavam as práticas parentais analisando o uso do controle coercitivo. Nas pesquisas identificadas, como apontado pela literatura em Análise do Comportamento, estilos parentais que utilizaram coerção a fim de educar os filhos, acabaram contribuindo para um desenvolvimento não saudável nas relações interpessoais dos filhos e tendo efeitos negativos no contexto escolar. Por outro lado, foram encontradas poucas pesquisas empíricas envolvendo práticas educativas parentais, o que aponta para a necessidade de maior produção e generalidade dos dados.

**Palavras-chave:** controle coercitivo; fobia social infantil; estilos parentais

## ABSTRACT

This research aimed to investigate the possible relationships between coercive control exercised by parents and/or caregivers and childhood social phobia, through a literature review 11 articles were selected that were part of the analysis of this work: being a conceptual research, two researches of bibliographic review and eight empirical researches. The universities involved in the research are located in the North, Northeast, Southeast and South of the country. Of the eight empirical studies, only four studied parenting practices analyzing the use of coercive control. In the identified researches, as pointed out by the literature on Behavior Analysis, parenting styles that used coercion to educate their children ended up contributing to an unhealthy development in the children's interpersonal relationships and having negative effects in the school context. On the other hand, few empirical studies were found involving parenting practices, which points to the need for greater production and generality of data.

**Keywords:** coercive control; childhood social phobia; parenting styles

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
1.1 Contextualização.....	5
1.2 Embasamento teórico.....	7
2 Método.....	13
2.1 Fontes.....	13
2.2 Materiais.....	13
2.3 Procedimento.....	13
3. Resultados e Discussão.....	13
4. Conclusão.....	22
Referências.....	23

## ***1. INTRODUÇÃO***

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as possíveis relações entre controle coercitivo exercido por pais e/ou cuidadores e a fobia social infantil, através de uma revisão bibliográfica foram selecionados 11 artigos que fizeram parte da análise deste trabalho: sendo uma pesquisa conceitual, duas pesquisas de revisão bibliográfica e oito pesquisas empíricas.

Primeiramente, o leitor encontrará alguns dados sobre o Transtorno de Ansiedade no Brasil, seguido pela definição de fobia social pela Organização Mundial da Saúde. Será apresentado alguns conceitos segundo os autores Murray Sidman e Burrhus Frederic Skinner sobre a ansiedade e estímulos aversivos/coercitivos. Por fim, será apresentado o embasamento teórico dos artigos analisados, em que são discutidos como os estilos parentais podem interferir no desenvolvimento psicossocial e acadêmico da criança e do adolescente, assim como a definição de controle aversivo para Skinner, o uso de controle coercitivo em contexto escolar, um estudo de caso sobre o Transtorno de Ansiedade Social, sobre clima familiar e problemas emocionais e comportamentais e sobre duas escalas para avaliar os estilos parentais.

Sobre o método desta pesquisa, se utilizou os portais CAPES, LILACS e SCIELO. A partir dos dados, foram criadas tabelas e figuras a fim de tornar mais fácil a visualização e ajudar nas análises realizadas. Para a seleção dos textos, utilizou-se quatro critérios de inclusão e um critério de exclusão. Para um maior número de textos selecionados, foi realizada a inclusão de novos textos a partir da identificação deles nas referências bibliográficas de um dos textos selecionados previamente, seguindo somente o critério de exclusão. Esta pesquisa justifica-se porque a partir dos resultados de uma revisão bibliográfica é possível realizar recomendações para novas pesquisa sobre o tema. O tema é relevante uma vez que os diagnósticos de transtornos de ansiedade estão aumentando no Brasil, o que pode ser considerado um problema de saúde pública. Ainda, a partir desta pesquisa, pôde verificar-se que existem poucos textos na abordagem analítico-comportamental nas revistas e periódicos da área em língua portuguesa, tornando o acesso à informação difícil para aqueles que não sabem inglês e/ou outras línguas. Além disso, os dados encontrados e sintetizados nesta pesquisa nos ajudam a verificar quais estilos parentais e situações podem estar relacionados com sintomas físicos de ansiedade, bem como a fobia social, podendo

nos auxiliar na prática clínica da área da psicologia visto que a clínica e as pesquisas andam juntas.

## ***1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO***

Assim como a depressão, os diagnósticos de transtornos de ansiedade vêm aumentando ao longo dos últimos anos. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>1</sup> mostram que os transtornos de ansiedade aumentaram 14,9% entre 2005 e 2015, e estima-se que o número total de pessoas com transtornos de ansiedade no mundo seja de 264 milhões (3,6% da população mundial). No Brasil, 9,3% da população possui transtorno de ansiedade, sendo assim o país com a maior taxa no mundo. Um dos tipos mais comuns de transtorno de ansiedade é a ansiedade social, conhecida também como fobia social, e por ser um transtorno que está cada vez mais presente em nossa sociedade, pode ser considerado um problema bastante acentuado de saúde pública.

Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5ª edição<sup>2</sup>, a fobia social é caracterizada pelo medo desproporcional ao contexto real de situações sociais em que o sujeito possa ser avaliado pelos outros. O indivíduo tem medo de ser avaliado negativamente, ficando com medo de parecer ridículo, tropeçar nas palavras, ofender alguém sem querer e ser rejeitado por conta disso, ser observado pelos outros (p. ex., comer, beber ou escrever em público) e transparecer sintomas de ansiedade (p. ex., tremer, suar etc.). Quando o sujeito não tem possibilidade de evitar tais situações, ele as vivencia com muita ansiedade e com medo muito intenso. Quando ele pode se esquivar, ele o fará com bastante frequência e intensidade, podendo ter como consequência sofrimento clinicamente significativo e/ou prejuízos nos funcionamentos acadêmicos, profissionais e sociais na vida do indivíduo. Se o medo está ligado somente com a fala e com o desempenho em público, o diagnóstico será de transtorno de ansiedade social do tipo somente desempenho. Os indivíduos

---

<sup>1</sup>Disponível em:

<<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf>>  
. acesso em: 20 de jun. 2021

<sup>2</sup>Disponível em:

<<http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>>. acesso em: 20 de jun. de 2021

com esse tipo de transtorno não têm medo de situações sociais em que eles não precisam demonstrar desempenho, ou seja, só sentirão medo quando precisarem dar palestras, apresentar trabalhos ou em outros contextos nos âmbitos sociais, profissionais e escolares ou acadêmicos. Para Sidman:

Usamos o termo do cotidiano, “ansiedade”, quando algo ruim está por acontecer e nada podemos fazer para impedi-lo ou fugir. Não há problema em chamar de ansiedade a reação, desde que não nos enganemos acreditando que o nome explica alguma coisa. Os sinais de pânico e terror, facilmente visíveis para os outros e intensamente sentidos por qualquer um confrontado com choques inevitáveis, são frequentemente considerados como sendo as características definidoras da ansiedade. (SIDMAN, 2009, p. 210).

No senso comum, ansiedade pode ser sentida quando algo de ruim vai acontecer e não podemos fazer nada para mudar isso. As características definidoras da ansiedade são as sensações de pânico e de terror. Para Skinner (2003), muitos estímulos aversivos ameaçam o bem-estar dos indivíduos e um estímulo é assim definido quando a sua remoção for reforçadora. Acerca da ansiedade, Skinner fala:

Quase todos os estímulos aversivos fortes são percebidos por estímulos característicos que podem vir a gerar ansiedade. Contingências como essa são dispostas no controle prático do comportamento, muitas vezes em conexão com punição. Embora a vantagem biológica da evitação seja óbvia, o padrão emocional da ansiedade parece não ter propósito útil. (SKINNER, 2003, p. 196).

Podemos perceber uma relação entre a ansiedade e a punição. Muitos estímulos aversivos fortes podem ser percebidos por estímulos característicos da ansiedade, ou seja, palpitações, suor, tremor etc. Assim como está no DSM-5 que pessoas que têm transtorno de ansiedade possuem um medo incompatível com o perigo real, e por isso é difícil achar um propósito evolutivo, Skinner fala que o padrão emocional da ansiedade não parece ter uma finalidade apropriada. Fica claro, portanto, que o uso de controle coercitivo tem relação com a ansiedade.

A opressão, a dominação e a imposição (coerção) estão tão presentes em nosso cotidiano que achamos que controle e coerção são a mesma coisa. O controlador é visto como alguém tirano e autoritário (Sidman, 2009). As pessoas que não são do meio científico tendem a encarar o controle como uma questão de opinião, algo que possa ser discordado ou concordado, entretanto, para os analistas do comportamento, o controle é visto como um fato da natureza e deve ser investigado e descrito. Segundo as palavras de Sidman (2009, p. 47), “se reconhecermos a existência do controle

comportamental e o estudarmos, podemos fazê-lo trabalhar em nosso benefício”. O uso a nosso favor tem o sentido de que se soubermos quem nos controla e como controla, podemos tornar esse controle mais saudável. Sobre a coerção, Sidman discorre:

Na linguagem cotidiana, ser coagido é ser compelido sob jugo ou ameaça a fazer algo “contra a nossa vontade”. Mas analistas do comportamento afirmam que todo nosso comportamento é controlado e, neste sentido, tudo que fazemos é “contra a nossa vontade”. “Jugo” e “ameaça”, entretanto, se aproximam de uma definição comportamental de coerção; esses termos se referem a classes de consequências, reais ou potenciais, que controlam nosso comportamento. Genericamente falando, há três tipos de relações controladoras entre conduta e consequência: reforçamento positivo, reforçamento negativo e punição. Controle por reforçamento positivo é não-coercitivo; coerção entra em cena quando nossas ações são controladas por reforçamento negativo ou punição”. (SIDMAN, 2009, p. 51).

Podemos concluir que a coerção diz respeito às ações que são controladas por reforçamento negativo ou punição e que o reforçamento positivo não é considerado coercitivo. Nas interações humanas usamos quase frequentemente a coerção como forma de controle. Quando falamos em coerção estamos nos referindo ao uso de punições e ameaças de punições para conseguir o que queremos, e oferecemos recompensas a fim de persuadir as pessoas (Sidman, 2009). Dessa maneira, o controle coercitivo pode ser entendido como uma forma de controlar uns aos outros por meio de punições e ameaças de punições.

## ***1.2 EMBASAMENTO TEÓRICO***

Ainda sobre a discussão de controle aversivo/coercitivo, Martins, Neto e Mayer (2013) pesquisaram sobre esse conceito em oito obras de Skinner. Segundo eles, não há uma definição direta de controle aversivo nas obras de B. F. Skinner, entretanto, o autor faz menções indiretas dos processos envolvidos e os que não estão envolvidos no controle coercitivo. Os autores ainda sugerem que poderíamos dizer que, para Skinner, o controle aversivo ocorre em qualquer relação quando há contato do organismo com estímulos aversivos ou quando há perda dos reforçadores positivos e se o indivíduo tenta prevenir ou amenizar esse contato ou essa perda. O uso de punição (controle aversivo) não é defendido pelo Skinner, uma vez que eles apresentam somente uma supressão temporária no comportamento do sujeito e produz muitos subprodutos indesejados. Os subprodutos citados por Skinner em suas obras são: reações emocionais (ansiedade e medo), resistência passiva, fobias, fuga e contracontrole. A estimulação aversiva ainda pode produzir subprodutos no

comportamento operante, por exemplo: deficiência no processo de autocontrole, respostas discriminativas inexatas, falha no processo de autoconhecimento e reagir de forma ineficiente diante estímulos gerados pelo próprio comportamento do indivíduo.

Segundo Sidman (2009), usamos a punição ou a ameaça de punição para diminuir ou extinguir comportamentos indesejáveis. O uso da punição orbita muitos contextos, podemos ver o exemplo disso no livro *Ciência e Comportamento Humano* de B. F. Skinner (2003), em que ele fala sobre as agências controladoras como as governamentais, religiosas e educacionais, ou seja, estão presentes em muitos contextos de nossas vidas. As autoras Dias e Löhr (2017) discorrem sobre o uso coercitivo educacional no contexto escola. Segundo elas, a palmatória e castigos físicos são exemplos de controle coercitivo e que eles resultavam em consequências que serviam como reforço para o comportamento da professora de punir, pois aumentavam a probabilidade de ocorrência da aplicação dessas punições e aumentavam as respostas de punir futuramente diante de situações similares. Atualmente, os castigos físicos não são mais as consequências para os alunos que não se comportam adequadamente, essas consequências foram substituídas por outras, tais como: tirar o intervalo do aluno para que ele reflita sobre seu mau comportamento ou para realizar tarefas, não deixar que o aluno participe de atividades de lazer com os amigos, humilhar o aluno que não entendeu determinada lição ou atividade, escrever bilhetes para os pais sobre o mau comportamento do aluno, uso de advertências pela escola, entre outros (Dias & Löhr, 2017). Apesar da mudança cultural e legislativa, o controle coercitivo ainda está presente no contexto escolar, trazendo malefícios para os estudantes e para os professores. Quando os professores exercem controle coercitivo, respostas encobertas podem ser desencadeadas nos alunos, interferindo na concentração e dedicação durante o restante da aula (Dias & Löhr, 2017). Conforme essas exposições forem acontecendo, o aluno não consegue aprender a matéria, influenciando no seu desempenho escolar. Os professores, por sua vez, podem ficar frustrados diante das notas insuficientes da turma e, mesmo que o professor descubra o motivo, pode se sentir impotente por não conhecer outra forma de lidar com situações em que ele usaria controle coercitivo (Dias & Löhr, 2017).

Segundo Skinner (2003), a família funciona como uma agência controladora educacional, uma vez que ela ensina a criança a falar, andar, se comportar de uma dada maneira, assim por diante. Teixeira e Alvarenga (2017), relatam que o termo controle parental se refere a práticas e comportamentos dos pais utilizados para regular o

comportamento do filho. Ele pode ter duas dimensões: controle psicológico e controle comportamental. No controle psicológico, os pais constroem, invalidam e manipulam a exteriorização psicológica e emocional vivida pela criança. Esse termo envolve o comportamento dos pais de demonstrar desapontamento, distanciar/isolar a criança, ameaçar ou retirar afeto e induzir culpa ou humilhação na criança. As autoras ainda comentam que a partir do controle exercido sobre a vida pessoal da criança a fim de conseguir que a criança siga regras e aja de acordo com o que os pais e a sociedade esperam, os pais estão interferindo nas oportunidades da criança de vivenciar interações de forma independente, podendo assim diminuir o desenvolvimento socioemocional da criança, assim como a sua autonomia. Sobre o controle comportamental, há pouco consenso entre autores para a definição, entretanto, é comum na definição dizer que envolvem comportamentos de monitoramento por parte dos pais e aplicações de disciplinas e regras que condizem com a faixa etária e contexto social em que a criança está (Teixeira & Alvarenga, 2017). Esse controle envolve os comportamentos dos pais de incentivarem a participação da criança nas interações com outras, incentivarem a autonomia, responder às necessidades do filho e descrever as regras de forma que a criança entenda. Ainda sobre essas duas dimensões, as autoras discorrem:

O controle comportamental está relacionado a melhores resultados desenvolvimentais nas esferas socioemocional e cognitiva da criança, enquanto o controle psicológico estaria mais relacionado a sentimentos de insegurança e ansiedade e à agressividade dos filhos.  
(TEIXEIRA e ALVARENGA, 2017, p. 147 apud BARBER, 1996)

Ou seja, o controle comportamental estaria relacionado a práticas educativas mais saudáveis uma vez que estimulam o desenvolvimento da criança, enquanto o controle psicológico poderia trazer problemas ao desenvolvimento dela. Práticas de superproteção, rejeição e aversividade envolvidas no controle psicológico, têm interferências negativas na regulação emocional da criança, aumentando assim a sua probabilidade de ter respostas autonômicas (taquicardia, sudorese etc.) e aumentando o risco de desenvolver transtornos de ansiedade (Teixeira & Alvarenga, 2017).

Ainda sobre a família, ela é o primeiro ambiente social que a criança tem acesso e participa, aprendendo regras e formas de se relacionar com outros indivíduos (Patias, Siqueira & Dias, 2012). Desta forma, são as relações e interações familiares que baseiam as relações e interações que a criança terá com a sociedade. É função da família prover um ambiente seguro, afetuoso, com proteção e bem-estar, porém isso

não acontece em todas as famílias. As práticas educativas são mencionadas na literatura como podendo ser fatores de proteção ou de risco para o processo de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes (Patias, Siqueira & Dias, 2012). Fatores de risco são considerados aqueles que produzem condições e/ou variáveis que estão conectados com resultados negativos ou indesejáveis no desenvolvimento dos indivíduos, podendo comprometer a saúde, performance social e bem-estar deles. Já os fatores de proteção, são condições e/ou variáveis que reduzem os fatores de risco, ou seja, melhoram, modificam ou alteram respostas do indivíduo diante de ambientes hostis (Patias, Siqueira & Dias, 2012).

Estudos demonstram que os papéis parentais possuem uma influência considerável em muitas áreas do desenvolvimento psicossocial de adolescentes, sendo alguns deles: desempenho escolar, psicopatologia e ajustamento social (Costa, Teixeira & Gomes, 2000). Nas práticas educativas parentais, há duas dimensões importantes: a primeira é relacionada ao controle coercitivo, em que há uso de punições físicas e verbais e a segunda está conectada a atitudes afetivas, ou seja, quando os pais demonstram orgulho dos filhos, dão afeto ou demonstrando descontentamento em sintonia com a situação vivida/experenciada. (Costa, Teixeira & Gomes, 2000. p. 465 apud Maccoby & Martin, 1983). Segundo Costa, Teixeira e Gomes (2000):

A exigência parental inclui todas as atitudes dos pais que buscam de alguma forma controlar o comportamento dos filhos, impondo-lhes limites e estabelecendo regras. Já a responsividade refere-se àquelas atitudes compreensivas que os pais têm para com os filhos e que visam, através do apoio emocional e da bi-direcionalidade na comunicação, favorecer o desenvolvimento da autonomia e da auto-afirmação dos jovens.  
(p. 466)

Dessa forma, a responsividade está ligada a atitudes saudáveis do ponto de vista do desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente e a exigência parental poderia cair em práticas conhecidas como coercitivas. A partir dessas duas dimensões, foi possível ainda definir quatro estilos parentais: autoritário, autoritativo, indulgente e negligente. Pais autoritários são os que possuem baixa responsividade, mas são muito exigentes, pais autoritativos são os que possuem alta responsividade e exigência, pais indulgentes são aqueles que são muito responsivos e pouco exigentes e, por fim, pais que possuem o estilo parental negligente, são os que possuem baixa exigência e responsividade (Costa, Teixeira & Gomes, 2000).

Diferentes contextos dentro da família podem influenciar o desenvolvimento das crianças e um deles é o clima familiar (Leusin, Petrucci & Borsa, 2017). As

autoras discutem que o clima familiar é definido pelas características das relações entre os familiares, avaliados pelos próprios membros da família. Ele possui dois polos com quatro dimensões no total: polo positivo (coesão e apoio) e polo negativo (conflito e hierarquia). O conflito fala sobre relação agressiva, crítica e conflituosa nas relações intrafamiliares, a hierarquia diz respeito ao poder exercido e de controle nas relações gerações dentro da família, o apoio refere-se ao suporte emocional e material e, por fim, coesão diz respeito sobre o vínculo emocional entre os familiares (Leusin, Petrucci & Borsa, 2017).

Segundo as autoras Leusin, Petrucci e Borsa (2017), os problemas emocionais e comportamentais podem ser classificados como internalizantes ou externalizantes. O primeiro envolve insegurança, preocupação em excesso, tristeza, isolamento social, entre outros. Já os externalizantes, se referem à agressividade, impulsividade, não seguir regras, hostilidade, entre outros (Leusin, Petrucci & Borsa, 2017). Os do tipo internalizantes, normalmente são respostas encobertas/privadas, enquanto os externalizantes podem ser observados diretamente por outros indivíduos (Leusin, Petrucci & Borsa, 2017). As autoras ainda comentam que esses problemas dificultam a adaptação da criança ao ambiente, podendo influenciar no desenvolvimento psicossocial e acadêmico.

Segundo as autoras Muller, Trentini, Zanini et. al. (2015), a ansiedade é definida como um sistema complexo de respostas cognitivas, afetivas, fisiológicas e comportamentais. A ansiedade se torna patológica quando há prejuízos no funcionamento social e ocupacional do indivíduo por um longo período e se há avaliação incorreta acerca do perigo real (Muller, Trentini, Zanini et. al., 2015). Segundo elas, as taxas da fobia social são mais elevadas no sexo feminino, entretanto, nas amostras clínicas, é no sexo masculino que as taxas possuem maior prevalência. Na ansiedade social, o contato social é bastante reduzido (Reis & Landim, 2021). Segundo Santos e Pires (2016), a fobia social é um dos transtornos mais comuns na infância e traz perdas de oportunidades e extremo sofrimento para as pessoas com o diagnóstico. Os jovens acabam se tornando cada vez mais vulneráveis e inseguros diante de situações sociais.

Segundo Reis e Landim (2021), as práticas parentais podem influenciar o desenvolvimento dos indivíduos, uma vez que estas estão ligadas com a percepção que eles têm deles mesmos. Para que a criança tenha autoconfiança e seja saudável, é

preciso que ela tenha tido e tenha pais que dão uma base de segurança, assim, a criança pode descobrir o ambiente externo sabendo que os pais estarão ali para dar suporte e acolhê-la, mesmo caso ela tenha medo ou precise da ajuda dos pais para encorajá-la (Ferreira, 2019). Durante a infância, se constrói os modelos que estarão presentes na vida da criança em relação ao mundo e às relações interpessoais. Segundo a autora, diversos autores estudaram sobre os estilos parentais, sendo eles: democráticos, autoritários, negligentes e permissivos.

Os pais permissivos são aqueles que não utilizam controle coercitivo, aceitam as decisões e vontades dos filhos, os pais democráticos conseguem conciliar a imposição de regras com a estimulação da autonomia, sabendo comunicar aos filhos os raciocínios e ideias, os pais autoritários são aqueles que utilizam punição quando a vontade própria colide com as vontades e desejos dos filhos, controlam e avaliam comportamentos dos filhos e desestimulam a autonomia, por fim, os pais negligentes são os que não são nem exigentes e nem responsivos, muitas vezes rejeitando a responsabilidade de criar a criança (Ferreira, 2019).

Os filhos de pais democráticos são mais confiantes, mais competentes e menos problemáticos, os filhos com pais negligentes são mais problemáticos, menos competentes e possuem maior sofrimento psicológico, os filhos de pais autoritários são mais obedientes, bons alunos, entretanto não são confiantes em situações sociais e em relação às competências acadêmicas, os filhos de pais permissivos se envolvem mais em situações desviantes, mas são autoconfiantes e socialmente competentes (Ferreira, 2019). Segundo a autora, características controladoras e punitivas leva a criança a achar que não é importante dentro da família, afetando seu carinho e consideração própria. Essas características também fazem com que a criança se sinta dependente e apresente inseguranças em relação às suas competências. Um adolescente que não foi capaz de se expor a ambientes diferentes com segurança, não terá desenvolvido sua autonomia, ficando ansioso em situações que exigem novas competências (Ferreira, 2019). E um adolescente com pais negligentes, apresentam dificuldade de se vincular com outras pessoas, podendo apresentar ansiedade.

Crianças com transtorno de ansiedade social apresentam um déficit nas habilidades sociais, segundo Freitas, Porfírio e Buarque (2018). As habilidades sociais podem ser entendidas como uma variável favorável ao desenvolvimento social das crianças, contribuindo para relacionamentos saudáveis e positivos da criança com seus

pares e para uma facilidade em socializar (Freitas, Porfírio & Buarque, 2018). O medo pode aparecer nas pessoas que têm transtorno de ansiedade social nas seguintes situações: quando encontram com pessoas desconhecidas, quando passam por situações que precisam desempenhar alguma atividade na frente de outras pessoas ou quando o indivíduo pode ser observado por outros, por exemplo comer. Ainda, acreditam que possam ser avaliados negativamente, ser humilhados e rejeitados pelos outros (Freitas, Porfírio & Buarque, 2018).

## **2. Método**

### **2.1 Fontes**

Foram usados nesta pesquisa os portais eletrônicos CAPES, LILACS e SCIELO para consulta dos textos.

### **2.2 Materiais**

Para esta pesquisa, utilizou-se um computador com acesso à internet, o programa Microsoft Excel para a realização das figuras e o programa Google Documentos para a realização de tabelas.

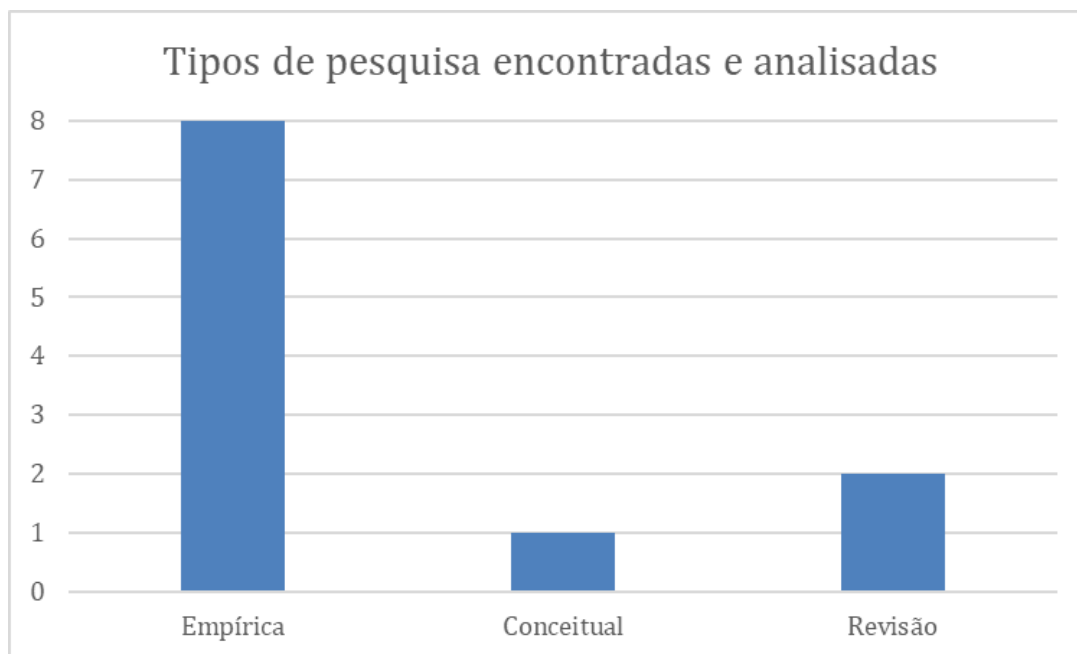
### **2.3 Procedimento**

Para o levantamento da literatura, foram consultados os portais eletrônicos CAPES, LILACS e SCIELO. Os textos que foram considerados nesta pesquisa deveriam atender os seguintes critérios: a) Ser da área de Psicologia b) Ser encontrado a partir de um dos descritores/palavras-chave no título ou nas palavras-chave do texto, sendo eles: *controle coercitivo, família, fobia social, fobia social infantil* c) Estar na língua portuguesa d) Ter sido publicado no período entre os anos 2000 e 2021. Os critérios de exclusão foram: a) Ter as palavras-chave no título ou nas palavras-chave do texto, mas não ter a ver com o tema desta pesquisa. A pesquisa foi complementada ainda a partir da identificação de alguns artigos presentes nas referências bibliográficas de um dos trabalhos previamente selecionados.

## **3. Resultados e Discussão**

Foram selecionados 11 artigos que fizeram parte deste trabalho, foi encontrada uma pesquisa conceitual, duas pesquisas de revisão bibliográfica e oito pesquisas empíricas, conforme podemos ver na Figura 1:

Figura 1- Tipos de pesquisas encontradas e analisadas.



Dentre as informações coletadas dos 11 artigos analisados estão: data de publicação, título, autores, universidade, objetivos e tipo de pesquisa, descritas na Tabela 1.

Tabela 1 - Descrição dos artigos encontrados contendo data de publicação, título, autores, universidade, objetivos e tipo de pesquisa.

Data de publicação	Título	Autores	Universidade	Objetivos	Tipo de pesquisa
2000	Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais	COSTA, TEIXEIRA e GOMES	UFRGS	traduzir e adaptar duas escalas que avaliam responsividade e exigência com adolescentes	Empírica

2012	Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar	PATIAS, SIQUEIRA  e DIAS	UFSM	compreender a influência de práticas coercitivas na aprendizagem em ambiente escolar e no comportamento	Revisão
2013	B. F. Skinner e o uso do controle aversivo: um estudo conceitual	MARTINS, NETO,  e MAYER	U. F. do Pará	identificar e analisar qual é o posicionamento de Skinner acerca do uso do controle aversivo	Conceitual
2015	Transtorno de ansiedade social: um estudo de caso	MULLER, TRENTINI,  ZANINI  e LOPES	UFRGS  e Centro Universitário Metodista	relatar um estudo de caso de um jovem adulto com TAS	Empírica
2016	Fobia social em adolescentes: repercussões acadêmicas	SANTOS  e PIRES		fazer uma revisão sistemática acerca da fobia social e as repercussões acadêmicas	Revisão
2017	Controle coercitivo na sala de aula: a percepção dos alunos	DIAS  e LÖHR	UFPR	avaliar as percepções dos alunos acerca dos estilos educacionais das professoras dentro da sala de aula	Empírica

2017	Clima familiar e os problemas emocionais e comportamentais na infância	LEUSIN, PETRUCCI e BORSA	PUC-RJ e UFRN	investigar as relações entre clima familiar e os problemas emocionais e comportamentais da criança	Empírica
2017	Relações entre controle psicológico e comportamental materno e ansiedade infantil	TEIXEIRA e ALVARENGA	UFBA	investigar as relações entre controle psicológico e comportamental materno e ansiedade infantil	Empírica
2018	Indicadores de ansiedade social infantil e suas relações com habilidades sociais e problemas de comportamento	FREITAS, PORFÍRIO e BUARQUE	UFSJ, UFPE e UFAL	verificar a correlação entre indicadores de ansiedade social infantil e o repertório de habilidades sociais e problemas de comportamento	Empírica
2019	Influência do estilo parental nos níveis de ansiedade social e autoestima em adolescentes	FERREIRA	ISPA	perceber de que forma cada estilo parental influencia o nível de ansiedade social e autoestima em adolescentes	Empírica
2021	Relação entre ansiedade social infantil e o uso de controle coercitivo por pais e/ou cuidadores	REIS e LANDIM	Centro Universitário Christus	identificar possíveis relações entre o uso do controle coercitivo por pais e/ou cuidadores e a ansiedade social na infância	Empírica

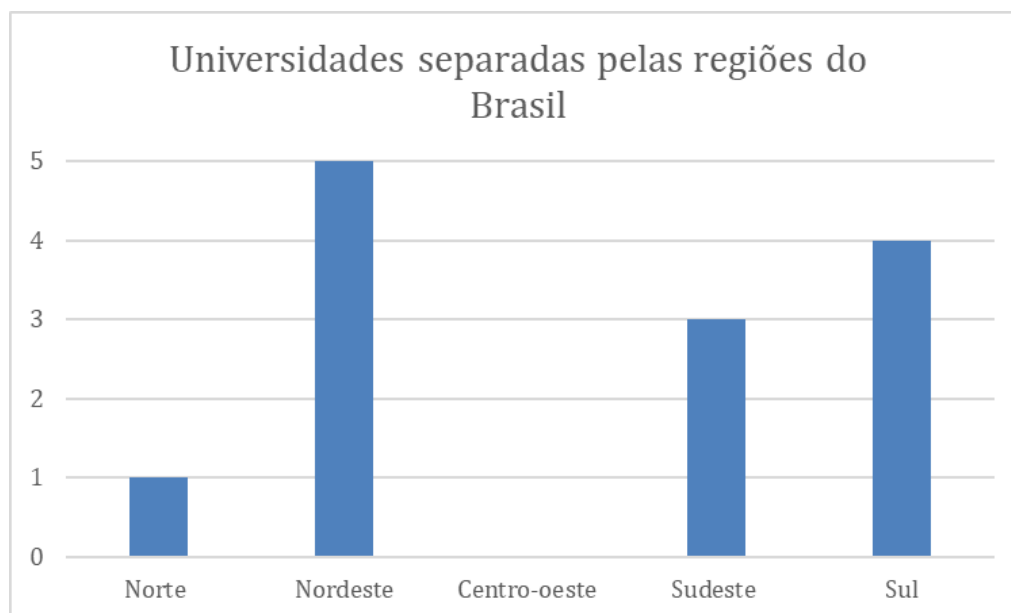
Iniciando pela data de publicação, conforme podemos ver na Figura 2, é a partir de 2012 que as publicações vêm aumentando de frequência. Começou com uma publicação em 2000 que se manteve até 2012, depois aumentou em uma publicação em 2013 e se manteve até 2015, com o aumento de mais uma publicação seguida por outra em 2016. Em 2017, foi o ano que mais teve publicações sobre os temas abordados nesta pesquisa, aumentando em três o número de publicações. Em 2018, mais uma pesquisa foi publicada, aumentando a frequência acumulada para nove artigos. Em 2019, a frequência subiu para dez artigos publicados e manteve esse número até 2020. Por fim, em 2021 houve mais uma publicação, fazendo a frequência acumulada subir para onze artigos publicados.

Figura 2 - frequência acumulada de artigos publicados entre 2000 e 2021.



Quanto as universidades envolvidas nas publicações temos o seguinte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Pará, Centro Universitário Metodista, Universidade Federal do Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade do Rio Grande do Norte, Universidade Federal da Bahia, Universidade de São João Del Rei, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Alagoas, Instituto Social Parceiros do Amanhã e Centro Universitário Christus. É interessante notar que cinco dessas universidades estão localizadas na região Nordeste do país, uma na região Norte, três na região Sudeste e quatro na região Sul e nenhuma está localizada na região Centro-Oeste.

Figura 3 - Universidades separadas pelas regiões.



A pesquisa conceitual, única encontrada, explicitou que seu objetivo era de “identificar e analisar qual é o posicionamento de Skinner acerca do uso do controle aversivo”. O objetivo de uma das pesquisas de revisão era “compreender a influência de práticas coercitivas na aprendizagem em ambiente escolar e no comportamento”, já da outra era de “fazer uma revisão sistemática acerca da fobia social e as repercussões acadêmicas”. Sobre as pesquisas empíricas, os objetivos foram, em ordem da tabela: “traduzir e adaptar duas escalas que avaliam responsividade e exigência com adolescentes”, “relatar um estudo de caso de um jovem adulto com TAS”, “avaliar as percepções dos alunos acerca dos estilos educacionais das professoras dentro da sala de aula”, “investigar as relações entre clima familiar e os problemas emocionais e comportamentais da criança”, “investigar as relações entre controle psicológico e comportamental materno e ansiedade infantil”, “verificar a correlação entre indicadores de ansiedade social infantil e o repertório de habilidades sociais e problemas de comportamento”, “perceber de que forma cada estilo parental influencia o nível de ansiedade social e autoestima em adolescentes” e por fim, “identificar possíveis relações entre o uso do controle coercitivo por pais e/ou cuidadores e a ansiedade social na infância”.

Para facilitar a visualização, as informações dos artigos com pesquisa empírica foram condensadas na Tabela 2, com as seguintes informações: Título, participantes, idade, sexo e instrumento utilizado.

Tabela 2 - Descrição dos artigos encontrados contendo, título, participantes, idade, sexo e instrumentos.

Título	Participantes	Idade	Sexo	Instrumentos
Medidores de ansiedade social infantil e suas relações com habilidades sociais e problemas de comportamento	76 alunos Professores Pais	entre 9 e 14 anos	38 alunos do sexo feminino e 38 alunos do sexo masculino	Multidimensional de Ansiedade para Crianças (MASC); Questionário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica (SSRS)
Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais	100 adolescentes	14 e 18 anos	50 adolescentes do sexo feminino	Escala de Responsividade; Escala de Exigência
Distúrbio de ansiedade social: um estudo de caso	1 jovem adulto e uma psicoterapeuta		Masculino	Psicoterapia
Estilo coercitivo na sala de aula: percepção dos alunos	119 alunos	entre 8 e 10 anos	24 alunos do sexo feminino, 54 do sexo masculino e 3 não foram identificados	Questionário de estilos de liderança de professores (IELP)
Clima familiar e os problemas emocionais e comportamentais na infância	77 pais, mães ou cuidadores de crianças entre 7 e 13 anos		39 mães, 39 pais e 30 não relataram o grau de relacionamento com a criança	Questionário do clima familiar (ICF); Child Behavior Checklist (CBCL)
Relações entre controle psicológico e comportamental materno e ansiedade infantil	Mães de crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos	Idade média de 36,75 anos	Feminino	Formulário de Informações Demográficas da Família; Questionário dos Comportamentos para crianças e adolescentes de 6 a 18 anos (CBCL 6-18 anos); Entrevista Estruturada sobre Práticas Parentais e Socialização Infantil
Relação entre ansiedade social infantil e o uso de controle coercitivo por pais e/ou cuidadores	100 pais e/ou cuidadores de crianças entre 8 e 12 anos		50 crianças do sexo feminino e 50 do sexo masculino	Questionário Sociodemográfico; Escala de Práticas Parentais (EPP); Multidimensional de Ansiedade para Crianças (MASC);

				Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)
ênica do estilo parental nos eis de ansiedade social e oestima em adolescentes	B adolescentes	tre 12 e 18 anos	% do sexo feminino	estionário de Estilos Educativos Parentais (QEEP); cala de Ansiedade Social para Adolescentes (SAS-A); la de Autoestima de Rosenberg (RSES)

Apesar de identificarmos apenas quatro artigos que discutiam especificamente as práticas familiares analisando o controle coercitivo, faz-se necessária a análise das pesquisas empíricas encontradas pois dizem respeito ao controle coercitivo, práticas parentais e sobre problemas relacionados com a infância e adolescência.

Analisando os dados obtidos em cada pesquisa, verificou-se que na pesquisa de Freitas, Porfírio e Buarque (2018), os resultados obtidos demonstraram que mais da metade das crianças e dos adolescentes apresentaram sintomas leves de ansiedade geral. Não houve correlação estatisticamente significativa entre os indicadores de habilidades sociais, ansiedade, ansiedade social e problemas de comportamento, o que diferiu com outros estudos acerca do tema. Os estudos prévios sobre o tema, indicam que há um déficit em habilidades sociais em crianças com o diagnóstico de ansiedade social (Freitas, Porfírio & Buarque, 2018). Vale comentar que a presente pesquisa utilizou apenas de autorrelatos, o que poderia interferir nos resultados e na confiabilidade deles. Segundo Baer, Wolf e Risley (1968):

(...) a descrição verbal de um sujeito, a respeito do seu próprio comportamento não-verbal, geralmente não seria aceito como medida de seu apto atual, a não ser que fosse independentemente comprovada. Há pouco valor aplicado, portanto, na demonstração de que um homem impotente pode ser levado a dizer que não é mais impotente. A questão relevante não é o que ele pode dizer, mas sim o que pode fazer. (Traduzido por: NOREEN CAMPBELL de AGUIRRE, p. 3)

Ou seja, teria um valor aplicado maior se os comportamentos característicos da ansiedade pudessem ter sido observados diretamente junto com as habilidades sociais.

Na pesquisa de Costa, Teixeira e Gomes (2000), os resultados obtidos dizem respeito à correlação positiva das variáveis do estudo, o que mostra uma relação entre as atitudes de responsividade e exigência de pais e mães. O nível de exigência percebida nas mães foi significativamente superior ao dos pais para os adolescentes do

sexo feminino e masculino. Adolescentes do sexo feminino atribuíram escores de exigências para ambos os pais significativamente maior do que os adolescentes do sexo masculino. A responsividade foi atribuída mais para as mães do que para os pais nas respostas dos adolescentes de ambos os sexos. Os resultados sugerem que a presença da mãe é mais marcante no ambiente familiar no âmbito de práticas educativas dos filhos do que a presença do pai (Costa, Teixeira & Gomes, 2000). Os autores discutem que os aspectos culturais e sociais, como a mulher ser submetida a práticas educativas mais intensas que os homens e que são modeladas a valorizar os aspectos mais interpessoais do que os homens, são hipóteses que podem interferir diretamente nos resultados encontrados nessa pesquisa.

Os resultados da pesquisa de Muller, Trentini, Zanini et. al. (2015), sugerem que a superproteção e controle excessivo estão associados à inibição social infantil. A inibição social é considerada um dos maiores fatores de risco para o desenvolvimento futuro do transtorno de ansiedade social (Muller, Trentini, Zanini et al., 2015). Esse estudo também se baseou bastante no relato verbal acerca do comportamento e não no próprio comportamento. Entretanto, os achados vão de acordo com a literatura e com estudos realizados anteriormente.

A maioria das turmas que fizeram parte da pesquisa de Dias e Löhr (2017), percebe que existe controle coercitivo dentro da sala de aula. Somente três turmas apresentaram níveis de controle coercitivo baixo, sendo uma delas com percepção de “muito baixo”. Mesmo as três turmas terem relato que as professoras utilizam pouco controle coercitivo, ainda mostra que ele está presente em alguns momentos no contexto escolar (Dias & Löhr, 2017).

A revisão sistemática do conceito de controle aversivo em oito obras de Skinner, realizado por Martins, Neto e Mayer (2013), trouxe como resultado a falta da definição direta do que é controle aversivo para Skinner nas obras analisadas. Ainda que não se tenha uma definição exata, em seis obras foi possível verificar definições indiretas e gerais sobre o conceito. Em todas as obras analisadas, há indicação de alternativas ao uso de controle aversivo, indicando com maior frequência a extinção e o uso de reforço positivo (Martins, Neto & Mayer, 2013). Skinner desencoraja o uso do controle aversivo, usando muitas vezes termos de cunho pejorativo e depreciativo. Ele também dá ênfase nos subprodutos indesejáveis do controle aversivo e diz que a supressão do comportamento é temporária (Martins, Neto & Mayer, 2013).

Leusin, Petrucci e Borsa (2017) demonstram que o fator de conflito familiar foi o que apresentou maior associação com os problemas emocionais e comportamentais. O conflito familiar também apresentou uma correlação mais elevada com o fator de agressividade. Conflito e hierarquia apresentou correlações positivas com os problemas emocionais e comportamentais da criança, já o apoio e coesão apresentaram correlações negativas com esses problemas. Esses resultados estão de acordo com estudos e pesquisas prévias, segundo os mesmos autores. O controle familiar e o clima familiar têm papel influenciador no desenvolvimento do indivíduo. Problemas emocionais e comportamentais na infância podem dificultar as adaptações nos ambientes, podendo interferir no desenvolvimento psicossocial e acadêmico (Leusin, Petrucci & Borsa, 2017).

O trabalho de Teixeira e Alvarenga (2017), mostrou correlações positivas entre os escores de síndrome de ansiedade e depressão e a prática de controle psicológico. Esse resultado pode indicar uma relação entre o relato de controle crítico e o escore de ansiedade e depressão uma vez que quanto maior for o relato, maior será o escore (Teixeira & Alvarenga, 2017).

As práticas parentais coercitivas influenciam de forma negativa o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Esses efeitos podem ser vistos no contexto escolar também (Patias, Siqueira & Dias, 2012). A punição corporal gera medo, insegurança e baixa autoestima em quem é punido. Com os resultados da pesquisa, percebe-se que há uma falta de conhecimento acerca de práticas não punitivas por parte dos pais e cuidadores, mostrando como essa prática ainda é bastante utilizada (Patias, Siqueira & Dias, 2012).

Na pesquisa de Reis e Landim (2021), se apresentou os seguintes achados: correlação significativa e negativa entre sintomas físicos de ansiedade e apoio emocional, correlação fraca positiva entre sintomatologia ansiosa e baixo nível de apoio emocional, ausência de incentivo e autonomia. Os dados permitem dizer que há uma relação entre pais com altos níveis de controle e intromissão e a manifestação futura mais frequentemente de ansiedade social (Reis & Landim, 2021).

O trabalho de Ferreira (2019), apresentou que o estilo parental autoritário leva a níveis mais elevados de ansiedade social. Menores níveis de ansiedade foram apresentados por adolescentes cujos pais possuem estilo parental negligente, o que vai contra a literatura e estudos anteriores. Ainda, foi apresentada uma tendência a média

de autoestima é mais elevada no estilo permissivo e mais reduzida no estilo parental autoritário. De fato, na literatura diz que há uma relação entre controle exagerado, estilos parentais autoritários e baixa autoestima (Ferreira, 2019).

Os resultados da revisão bibliográfica de Santos e Pires (2016), indicam a necessidade de mais estudos para que se crie estratégias de intervenção para educadores. Os resultados evidenciam a necessidade de se criar estratégias de inclusão dos alunos com fobia social na sala de aula para que diminua o índice de evasão escolar e de reprovação desses alunos (Santos & Pires, 2019). Os autores discutem também a necessidade de trabalhos indisciplinados entre cuidadores, educadores e terapeutas, com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos adolescentes. Esses trabalhos em conjunto seriam de extrema importância em relação ao aspecto preventivo, educativo e interventivo.

#### **4. Conclusão**

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as possíveis relações entre controle coercitivo exercido pelos pais e/ou cuidadores e a ansiedade social infantil, através da revisão bibliográfica. Apesar dos achados de como o controle coercitivo pode influenciar negativamente o desenvolvimento psicossocial e acadêmico de crianças e adolescentes, ele ainda é muito utilizado no contexto escolar e dentro das famílias. Os textos analisados mostram como estilos parentais que utilizam punição com a finalidade de educar os filhos podem interferir na autonomia, autoconfiança e autoestima das crianças e adolescentes, fazendo com que estes tenham dificuldades nos aspectos sociais.

O controle coercitivo envolve o reforçamento negativo e punição positiva e negativa. Se o indivíduo estiver em contato com estimulação aversiva, ele terá respostas de fuga/esquiva. Quando se utiliza controle coercitivos, surgem subprodutos indesejáveis, como medo e ansiedade, contracontrole, respostas de fuga/esquiva, entre outros. O uso da punição terá efeitos tanto sobre quem pune quanto sobre quem é punido. Apesar de ser utilizado como uma forma imediata de interromper comportamentos indesejados, a supressão é temporária, visto que depois que o sujeito para de emitir o comportamento punido e então não é mais punido, ele volta a emití-lo.

O diagnóstico de fobia social é dado aos indivíduos que possuem medo desproporcional ao perigo real em situações que precisam se expor como apresentação de trabalhos e possuem medo de serem avaliados negativamente. Além disso, a fobia social traz prejuízos na vida da pessoa nos aspectos acadêmicos, sociais e ocupacionais. Os transtornos de ansiedade estão aumentando cada vez mais no Brasil e no mundo como um todo, se tornando uma questão de saúde pública. As pesquisas analisadas neste trabalho apresentaram coerência entre as definições dos conceitos, apesar de algumas pesquisas empíricas divergirem dos resultados encontrados em estudos anteriores. Esta divergência pode ter sido ocasionada por diferentes motivos, mas a maior parte dos artigos analisados de pesquisa empírica, mostrou que se baseavam apenas em relatos verbais acerca dos comportamentos (tanto respondentes quanto operantes), divergindo dos resultados encontrados na literatura e obtendo um dado com pouco valor aplicado.

Há poucos artigos publicados acerca do tema, principalmente em periódicos e revistas de análise do comportamento. Seria interessante realizar novos estudos que não tivesse como principal variável o autorrelato dos participantes, para que se pudesse planejar melhores estratégias de intervenção. É necessário que se realizem trabalhos interdisciplinares para que haja melhora significativa e relevante na vida das crianças e dos adolescentes, planejando estratégias de prevenção, psico educação, educação e de intervenção.

Se faz necessário novas pesquisas sobre o tema deste trabalho uma vez que a prática clínica é complementada com a área experimental e vice e versa. Esta revisão bibliográfica dá embasamento teórico para construção de planejamentos acadêmicos, em que não se faça mais uso de controle coercitivo e sim de reforçamento positivo. Analistas do comportamento defendem o uso de reforçamento positivo e extinção ao invés do uso da coerção, visto a quantidade e magnitude dos malefícios que eles produzem.

### **Referências:**

Baer, D.M.; Wolf, M.M.; Risley, T.R. (1968) Some current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 1, 91-97. Texto traduzido por Noreen Campbell de Aguirre. Disponível em

<[https://itcrcampinas.com.br/pdf/outros/Algumas\\_dimensoes.pdf](https://itcrcampinas.com.br/pdf/outros/Algumas_dimensoes.pdf)>. acessos em 21 mar. 2022.

COSTA, Fabiana T. da; TEIXEIRA, Marco A. P.; GOMES, William B. Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. **Psicol. Reflex. Crit.**, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 3, pp. 465-473, jun. 2001. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/prc/a/xPRZKWCmHVHrdzwL6HDHwRd/?lang=pt>>. acessos em 15 jan. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000300014>

DIAS, Mariangela de Freitas; LÖHR, Suzane Schmidlin. Controle coercitivo na sala de aula: a percepção dos alunos. **Educere et educare: revista de educação**, Paraná, v. 12, n. 25, p. 1-12, dez. 2017. Disponível em <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/16278/12074>>. acessos em 10 jun. 2022.

FERREIRA, Diana Isabel Tereso. Influência do estilo parental nos níveis de ansiedade social e autoestima em adolescentes. **ISPA: Instituto Universitário**, Lisboa, p. 1-81, dez. 2019. Disponível em <<https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/7382?locale=en>>. acessos em 19 mai. 2022.

FREITAS, Lucas Cordeiro; PORFIRIO, Jonas Caio Costa; BUARQUE, Camila do Nascimento Lins. Indicadores de ansiedade social infantil e suas relações com habilidades sociais e problemas de comportamento. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 109-118, jul. 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-12472018000200012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472018000200012&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 03 abr. 2022. <http://dx.doi.org/10.24879/2018001200200207>

LEUSIN, Joanna Ferreira; PETRUCCI, Giovanna Wanderley; BORSA, Juliane Callegaro. Clima familiar e os problemas emocionais e comportamentais na infância. **Revista da SPAGESP**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 49-61, jul. 2017. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v19n1/v19n1a05.pdf>>. acessos em 07 jun. 2022.

MARTINS, Tatiana Evandro Monteiro; NETO, Marcus Bentes de Carvalho; MAYER, Paulo Cesar Morales. B. F. Skinner e o uso do controle aversivo: um estudo conceitual. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, Pará, v. XV, n. 2, p. 5-17, 2013. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v15n2/v15n2a02.pdf>>. acessos em 07 jun. 2022.

REIS, Maria Adelaide; LANDIM, Ilana. Relação entre ansiedade social infantil e o uso de controle coercitivo por pais e/ou cuidadores. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 73-97, abr. 2021. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-3482202100010005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-3482202100010005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 23 fev. 2022.

MULLER, Juliana de Lima; TRENTINI, Clarissa Marcelli; ZANINI, Adriana Mokwa; LOPES, Fernanda Machado. Transtorno de ansiedade social: um estudo de caso. **Contextos Clínicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 67-78, jun. 2015. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v8n1/v8n1a08.pdf>>. acessos em 29 mai. 2022.

PATIAS, Naiana Dapieve; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DIAS, Ana Cristina Garcia. Bater não educa ninguém! práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar. **Educ. pesqui.**, Santa Maria, v. 38, n. 4, p. 981-996, dez. 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ep/a/G3mWcTWFjDksB4J7hbLNndP/?lang=pt>>. acessos em 30 mar. 2022.

SANTOS, Leonardo Ferreira do; PIRES, Emmy Uehara. Fobia social em adolescentes: repercussões acadêmicas. **Revista de Psicologia da IMED**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 172-184, 2016. Disponível em <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/1260>>. acessos em 10 jun. 2022.

SIDMAN, M. *Coerção e suas Implicações*. São Paulo: Ed. Livro Pleno, 2009.

SKINNER, B. F. *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2002.

SKINNER B. F. *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TEIXEIRA, Janaina Nascimento; ALVARENGA, Patrícia. Relações entre controle psicológico e comportamental materno e ansiedade infantil. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 145-160, abr. 2017. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v68n3/11.pdf>>. acessos em 05 mai. 2022.